

## I. MEMÓRIA DE REUNIÃO

<b>Data / Horário</b>	01/10/2012 – 09h	
<b>Local</b>	INCRA PVH	
<b>Público</b>	Moradores do PA Joana D’Arc, representantes da SAE e INCRA	
<b>Pauta</b>	Novo remanejamento de famílias do PA Joana D’Arc	
<b>Participantes</b>	Ivan Silveira	Coordenador Fundiário - SAE
	Ricardo M. Martins Alves	Gerente de Sustentabilidade - SAE
	José Luiz Borges	Analista Socioambiental - SAE
	Mariana Scalzo	Coordenadora de RI - SAE
	Márcia	Ouvidora Agrária - INCRA
	Waldomiro	Chefe de Gabinete - INCRA
<b>Público presente</b>	pessoas	

## DESENVOLVIMENTO

A reunião foi aberta pela ouvidora agrária Márcia (INCRA) que apresentou os representantes do INCRA e da SAE e colocou o microfone à disposição dos moradores do PA Joana D’Arc que estavam em uma manifestação em frente à SAE desde as 04 horas da manhã daquele dia. Solicitou objetividade na apresentação das demandas por parte dos moradores para que todos tivesse oportunidade de falar. Acrescentou que o INCRA se manifestaria naquilo que fosse de sua competência.

Edson, morador da linha 17, iniciou a sua fala dizendo que parte dos moradores das linhas 17 e 19 estão parados há dois anos. Segundo ele, tudo que é

plantado nessa área morre. “Problemas sempre existiram no Joana D’Arc. Sempre houve áreas alagadas, mas por tempo determinado. Não se ouvia falar que os produtores do assentamento haviam perdido alqueires de culturas plantadas, como acontece agora. Queremos que a Santo Antônio Energia assuma o seu papel, que indenize as famílias que são atingidas no PA Joana D’Arc”. “Precisamos ser remanejados para um lugar que produza, não adianta continuar investindo no PA Joana D’Arc”.

Como há participantes demandando coisas diferentes para diferentes locais (moradores do Joana D’Arc e moradores dos reassentamentos SAE – Morrinhos e Santa Rita), a ouvidora agrária do Incra solicitou que as demandas fossem faladas de forma separada, iniciando pelo PA Joana D’Arc.

Ivan, coordenador de remanejamento da SAE iniciou sua fala dizendo que as questões referentes ao Joana D’Arc não estão sendo tratadas pela primeira vez neste encontro e que cada um sabe o que já aconteceu e o lugar onde está. Desde 2009 que a SAE vem realizando reuniões no assentamento para tratar das questões relativas à formação do reservatório na região e da situação dos atingidos. Com muita objetividade a SAE sempre disse o que realizaria e o que não realizaria no local.

Ivan continuou lembrando que há aproximadamente 08 meses, a SAE participou de uma reunião com o Ministério Público onde foi firmado um prazo para a empresa relatar como seriam suas ações no Joana D’Arc após o enchimento do reservatório. Os lotes lindeiros ao reservatório estão localizados em várias linhas, desde a linha 03 até a linha 19. Ressaltou que 15 dias antes do vencimento do prazo para a apresentação dos estudos da SAE sobre a região do PA Joana D’Arc pós-enchimento, o Ministério Público promoveu uma ação civil pública contra a SAE por meio de um mandato judicial. Dada essa situação, a SAE se manifestou apenas em relação à ação civil pública, não mais apresentando o resultado inicial dos estudos. Todos já estão cientes do resultado dessa ação e agora, a empresa poderá retomar a apresentação das ações propostas para o PA Joana D’Arc, na questão de lotes atingidos pós-enchimento. Os envolvidos nessa nova análise da região deverão ser chamados pela empresa no decorrer processo para saber quais serão as medidas a serem tomadas em relação a eles.

Ivan passou a palavra para o advogado Clayton, da Santo Antônio Energia, para que ele explicasse mais as questões que envolvem a justiça com relação ao PA

Joana D'Arc. Clayton ressaltou que a empresa sempre tentou resolver a questão extrajudicialmente, com informações, com laudos e com estudos que pudessem embasar a tomada de decisões da situação dos moradores em relação ao reservatório da UHE Santo Antônio. Mas, nesse meio tempo, segundo ele, o MP judicializou a questão. E, a partir disso, a SAE não pode realizar um caminho alternativo. A empresa necessita seguir pela via judicial para que não seja acusada de estar “falando duas línguas diferentes”. Desta forma, como há uma questão ajuizada em curso, seria muito importante a participação do MP nestas discussões. Ele é o autor da ação e age em nome de todos os moradores envolvidos. É chamado de substituto processual. Tudo que a empresa falar aqui, pode ser encarado como a fala de apenas um dos lados da balança. A SAE não quer se eximir de discutir a questão, mas ela não vai falar uma coisa aqui e outra coisa lá no MP.

Irmão Teco, Linha 17: “Então o senhor quer dizer que essa reunião não se resolve sem o MP ou um juiz? Diante desse impasse, nós queremos falar com o MP e com um juiz porque não vamos voltar pra casa sem uma decisão”.

Sr. Domingos, Linha 19: “Sou morador da Linha 19, conheço melhor a situação das linhas do Joana D'Arc do que o Incra, porque moro lá. Nós, da 19, somos os mais atingidos porque todos os benefícios destinados ao Joana D'Arc não chegam em nossa linha. O perito do Incra que foi até lá fazer o laudo está errado? O MP entrou com a liminar solicitando providências em 90 dias e multa de R\$ 50.000,00 por dia por descumprimento. Porém, antes disso o desembargador cassou a liminar dizendo que as alagações do Joana D'Arc já existiam antes, que as coisas já eram assim...” O Ibama pediu para colocar poços para monitorar o lençol verificando se as pessoas que moravam ali poderiam continuar morando no local. O Ibama nunca apareceu fazendo esse questionamento ao morador, somente para perturbar o pessoal com problemas de incêndios, multas..”. “O que continuaremos fazendo ali sem escola, sem nada? O que plantamos morre”.

Clayton, advogado da SAE: “Só para esclarecer a situação: o MP entrou com uma liminar, que significa “o começo” pedindo a retirada de todas as famílias do Joana D'Arc”. “Quando o desembargador revogou a liminar, ele não disse que o MP não estava falando a verdade, apenas que era muito cedo para assinar uma decisão final que envolve tanta gente, alguma afetadas, outras não, como entende a SAE”.

“Ressalto que é importante que o MP esteja aqui porque ele está agindo em nome de vocês”. “A presença dele aqui é natural”. “O processo segue o seu curso”.

Sr. Edson, Linha 17: “Nós sabemos que o MP tem que ter conhecimento, se fizermos uma negociação com a SAE, nós iremos ao MP em seguida para comunicá-lo e buscarmos a melhor saída, a melhor alternativa”. “O MP colocou a ação e a SAE caçou com um recurso. Se fôssemos discutir juridicamente aqui, nós também teríamos convidado os advogados que representam as famílias do Joana D’Arc”. “Nós não somos advogados, não sabemos discutir dentro de aspectos jurídicos”. “Mesmo que a SAE fale em cota de enchimento, e em outras coisas, nós queremos dizer que somos atingidos, queira a empresa acreditar ou não”. “Nós queremos que a empresa resolva nossos problemas lá, precisamos acabar de vez com essa situação”. “Se levarmos para esse lá aí (jurídico), não vamos resolver a situação”.

Senhor Bigode, Linha 17: “Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Advogado, o senhor conhece o Joana D’Arc? O desembargador conhece o Joana D’Arc? Vocês não conhecem a nossa situação. Os alagamentos que ocorrem no inverno já são conhecidos mas se alastram muito pelo assentamento. Se o desembargador tivesse uma consciência ele iria até lá para ver a situação de perto, mas no inverno amazônico, onde a chuva é intensa e ele poderia ver o tamanho da alagação e da situação”.

Ivan, coordenador da SAE: “Como falamos no início, a empresa não está se ausentando ou deixando de colocar que não sabe como está a situação do PA Joana D’Arc. A SAE já fez a sua avaliação, mas não há como realizar uma tratativa direta porque a condição agora é que o MP participe. É preciso que as associações do PA Joana D’Arc busquem junto aos promotores do MP a continuidade na mediação das ações que ainda temos com relação ao assentamento”.

Após a fala do Ivan, a ouvidora agrária perguntou aos moradores do PA Joana D’Arc presentes se eles poderiam deixar a sala/auditório por cerca de 10 minutos para que o Incra deliberasse junto com a SAE a situação geral e um possível acordo extrajudicial que poderia encerrar a ação civil pública. Os moradores concordaram e saíram do auditório.

Ao retornarem à sala, a ouvidora agrária deu continuidade à fala dizendo que embora a SAE deseje um acordo, ela está impedida por conta da ação judicial que corre na justiça. A Santo Antônio Energia (SAE) entende que, para compor um acordo

com as associações de moradores do PA Joana D'Arc e sua pauta de reivindicações é necessária a presença de todos os atores envolvidos na ação judicial, ou seja, MP, prefeitura de Porto Velho, governo do estado de Rondônia e Incra. É imprescindível a presença do Ministério Público. O Incra já está se preparando para um eventual acordo entre os moradores e a SAE destinando 03 técnicos para avaliar a situação de cada morador do PA Joana D'Arc que é seu cliente. Para as resoluções desta reunião, a proposta é solicitar ao MP um novo encontro para que todos os atores envolvidos estejam presentes.

Sr. Edson, linha 17: "Acho que essas decisões não vão funcionar. Mais uma vez o prazo será prorrogado e quem sofre somos nós que somos atingidos. E, com essa intenção de falarmos com o MP e continuarmos com a ação, mais famílias do PA Joana D'Arc devem querer entrar na ação e sabemos que nem todos são atingidos por lá. E, nós, aqueles que são realmente atingidos, vamos perder tempo com isso. Por isso, essa falta de acordo não nos serve agora. Temos pressa".

A ouvidora agrária disse que é muito importante o que o morador falou e que isso precisa ser dito ao MP. O MP deve entender quem tem prioridade e quem não tem para que ele possa tomar uma decisão melhor, melhor construída, melhor compreendida. "É muito melhor um acordo do que uma briga eterna". O MP vai entender quando os moradores se posicionarem.

Irmão Teco, Linha 17: "A SAE já conhece bem a nossa situação. Estão "empurrando com a barriga". Faz dois anos que não acontece nada, que diferença fariam esses 30 dias? Permaneceremos alojados aqui. Se já sofremos lá, poderemos sofrer aqui, na frente da empresa".

Morador: "Queremos perguntar à SAE se ela está disposta a estabelecer uma acordo com as 74 famílias, que já foram reconhecidas por laudo pelo Incra, que estão em uma situação mais crítica. Queremos saber se a empresa está disposta a estabelecer esse acordo e iniciar as negociações para a retirada dessas pessoas".

Ricardo, gerente de sustentabilidade da SAE: "Estamos abertos para acordos como sempre estivemos, agora, a pergunta é: 74 famílias na conta de quem? É preciso estudar bem a situação de lá, independentemente do reconhecimento ou não das famílias pelo Incra. Os poços que foram mencionados em uma intervenção anterior, estão lá e as informações que eles medem estão sendo repassadas pela empresa ao Ibama, independentemente do órgão ter ido lá para verifica a situação

deles, e é com base nestas informações que a SAE estava municiando o MP para que ele soubesse exatamente o que se passava por lá. Mas, ele (MP), durante o processo, entrou com a ação civil pública que paralisou o envio das informações. Baseados em estudos técnicos, poderemos apontar sim se há mais famílias atingidas, porém, não podemos “achar que” são mais tantas famílias... Temos que informar o MP com dados/informações concretas.

Sr. Edson, Linha 17: “Como estamos aqui discutindo uma situação e a COE está lá em frente à SAE pra tirar o pessoal de lá? Não foi combinado isso”.

Ricardo, SAE: “Edson, isso faz parte do direito dos funcionários da SAE de acessarem o escritório”.

Sr. Edson, Linha 17: “Então nós vamos voltar pra lá e vamos apanhar todo mundo junto lá porque não vamos abrir mão de nosso direito”.

Ricardo, SAE: “Não estamos tirando o direito de ninguém. Estamos discutindo como atender os direitos de quem”.

Sebastião, morador do reassentamento Santa Rita: “Ele está dizendo que a SAE não respeita nossos direitos, como sempre. Por isso mandaram a COE lá no escritório”.

Ivan, SAE: “Temos que entender como as coisas são provocadas e como são tratadas. Ficamos surpresos de encontrar a manifestação hoje pela manhã na porta do escritório da SAE porque vínhamos discutindo o assunto. Falei isso com o Sr. Edson. Trouxemos a reunião aqui para o INCRA e pedimos que a manifestação cessasse porque todo cidadão, tem o direito de ir e vir. Estamos fazendo do jeito que colocamos lá. Tensionar a reunião não vai ajudar em nada. Temos o direito de voltar, entrar no escritório e trabalhar, como qualquer um tem seu direito preservado aqui. Isso aqui é um processo, a negociação está na mesa, e ela não deve ser resolvida hoje, mesmo que queiramos. Todos aqui são sabedores de como as coisas funcionam. A empresa sabe o número de lotes envolvidos nesse processo, temos todo um estudo para apresentar, mas precisamos ter uma compreensão de tudo isso. Vamos deliberar sobre a proposta do ouvidor (Inkra) que é o caminho mais positivo e construtivo para que possamos resolver o assunto colocado agora”.

“Sobre a pauta de reassentamento que está sendo colocada aqui, até podemos marcar uma reunião em outra ocasião para ouvirmos as demandas. Mas

este é um assunto que diz respeito à Santo Antônio Energia, o assunto já é tratado há muito tempo, tem coisas acontecendo...Se o MAB quiser marcar outra reunião depois, estamos abertos. Não podemos inverter as coisas aqui. Temos um assunto principal aqui e não vamos discutir os reassentamentos aqui”.

Edson, morador do reassentamento Santa Rita: “Nós estamos na situação difícil em que nos encontramos por causa desse MAB aí. Eles negociaram nossa terra do PA Joana D’Arc para o Santa Rita e nós, efetivamente, não participamos da negociação”.

“Nos deram 10 ha e mais 40 ha em algum lugar (reserva legal). Nós tínhamos um grupo que não aceitou conversar com o MAB, mas o que prevaleceu foi a conversa entre o Ivan e o MAB. Esse rapaz (MAB) nem lote tem no Joana D’Arc e nós que temos é que fomos prejudicados. Agora, estamos lá em 10 ha não produtivos e não podemos nos manifestar aqui hoje”.

Ouidora do INCRA: “Se vocês que estão aí em um grupo de 10 pessoas de reassentamentos quiserem, o Ivan já disse, vocês podem protocolar um pedido de reunião na SAE, não é só o MAB que pode pedir uma reunião à empresa. O contato pode ser direto”.

Sr. Edson, linha 17 – Joana D’Arc: “A sra. disse que em 30 dias o INCRA analisará o levantamento feito pela SAE no assentamento. No que resultará esse trabalho?”

Ouidora: “Ainda não sabemos, pois é necessário realizar o trabalho primeiro”.

Edson: “A SAE pode explicar”?

A SAE tinha que apresentar para o MP o resultado dos seus estudos no PA Joana D’Arc. De posse dos resultados a empresa determinará o que terá que ser feito. Situação do reservatório, situação de cada linha do assentamento.

Para isso a SAE precisa estar com tudo isso pronto o MP deverá realizar reunião para tratar do assunto.

Ricardo, SAE: “Se as instituições não concordarem com o resultado dos estudos, elas poderão solicitar perícia do local. Então, se a ação civil pública não

existisse, talvez agora pudéssemos estar discutindo critérios de indenização das possíveis famílias atingidas”.

Superintendente do INCRA: “Nós dissemos que avaliáramos o trabalho da SAE. Faremos nossa avaliação em *off*, com todo o respeito técnico em consideração à vocês. Se não houver concordância entre os estudos, vamos ao MP para resolver”.

“Agora, para a avaliação técnica, precisamos de tempo”.

“A resposta deverá ser dada em 30 dias, independentemente de termos terminado o trabalho. Se precisarmos de mais tempo, avisaremos”.

Edson, linha 17: “Gostaria de propor para a SAE uma ideia enquanto as famílias aguardam o resultado desses estudos. Como elas não têm como se sustentar no assentamento, gostaríamos de perguntar para a empresa se é possível pagar um salário para essas famílias até o final dos estudos e posicionamento final”?

Ricardo, SAE: “Não seria bom tomarmos medidas por grupos. Acreditamos que isso não está certo. Somos obrigados pelos órgãos competentes a estudar a situação. Não podemos “achar que”. Não tomaremos nenhuma decisão se “acharmos que”. Seria um problema maior se resolvêssemos satisfazer as necessidades de um grupo sem sabermos se os estudos dirão que aqueles são realmente os atingidos”.

Edson, linha 17: “Nós vamos esperar porque ainda confiamos na palavra do superintendente, do gerente da SAE e do Ministério Público. Convidaremos esses órgãos, MP, prefeitura, estado, quem quer que seja e vamos continuar. Porém, gostaríamos de dizer que é muito difícil para as famílias estarem aqui tendo um direito que negado. Fizemos muitas reuniões e ainda não chegamos a lugar algum. Tomara que agora aconteça”.

Ouvidora do INCRA: “Gostaríamos de contar com a lista das 74 famílias que vocês, do assentamento, dizem estar em maior risco devida a proximidade do reservatório da UHE Santo Antônio. Ela ajudará a compor o trabalho da empresa e do INCRA. O promotor do MP que está cuidando do assunto é extremamente acessível e os senhores podem procurá-lo para tirar dúvidas sobre a ação e assim terão mais segurança. A empresa está aqui trabalhando como vocês e tem que entregar a obra, e vocês não poderão ser prejudicados em caso de atingimento”.

“Também solicitamos à polícia militar que mantenha a calma com os manifestantes que estão em frente ao escritório da SAE porque estamos aqui negociando e não há motivo para que haja um confronto no local”.

Sr. Bigode: “Vamos aguardar os 30 dias que eles pediram para ver o que fazemos depois. Em tudo há uma negociação, então, por ora, aguardaremos o prazo proposto”.

Edson, Linha 17: “Gostaria apenas de solicitar mais uma vez a ata da reunião e dizer que vamos desocupar a área do escritório da SAE. Lembramos Gostaríamos de ser parceiros da empresa e não de confrontá-la. Porém, da forma que as coisas estão andando, não estamos conseguindo avançar”.

Ivan, SAE: “Hoje não estamos com uma definição completa dos lotes que ainda serão atingidos pela UHE Santo Antônio, mas vocês saem daqui com a certeza de que a empresa está pronta, fez os seus estudos, sabe exatamente o que apresentar, desde o que será trabalhado até uma nova proposta. Da forma como a situação está colocada, acreditamos ser um ponto positivo esse posicionamento. Também salientamos que ficamos na dependência da agilidade de outras instituições para darmos os próximos passos”.

Morador do reassentamento de Morrinhos: “Também viemos protestar e temos o direito de falar dos nossos problemas e de termos espaço na reunião”.

Superintendente do Incra: “Vocês estão dizendo que a terra do reassentamento não é boa e a SAE diz que é propícia sim para o plantio. Nós, técnicos do INCRA, faremos a nossa avaliação e daremos a resposta da instituição. Avaliaremos a produtividade, questão da reserva legal, cadeia nominal da propriedade entre outros. Então, com relação ao reassentamento Santa Rita e à Morrinhos (que também está incluído) já temos esses encaminhamentos por parte do Incra”.

Ivan, SAE: “Já fizemos reuniões com o pessoal do reassentamento Santa Rita há duas semanas, mantemos contatos permanentes, temos questões para tratar porém posso voltar afirmar que o auxílio financeiro não será prorrogado e que estamos propondo continuar a investir nos reassentamentos com a ideia de entregar mais insumos para a produção. Entretanto, tem pessoas que não estão querendo esse apoio”.

“Não se trata de deixar de atender. Mantemos um diálogo aberto, porém quando os reassentados querem falar sobre uma questão que não pode ser argumentada e nem justificada no momento, essa tipo de conversa não pode ser realizada aqui”.

Artur, representante de uma associação de moradores do reassentamento Santa Rita: “Sabemos que as coisas estão andando no reassentamento, mas esperávamos que elas acontecessem de maneira diferente. Por isso estamos aqui, para negociar, ver o que pode melhorar, onde cada lado pode ceder. Estamos dialogando com a empresa, mas não estamos avançando. Por isso pedimos a marcação de uma nova reunião com a SAE e com a presença do INCRA”.

A reunião entre reassentados do Santa Rita, SAE e INCRA foi marcada para o dia 10/10 às 09h no centro comunitário do reassentamento Santa Rita. A reunião com reassentados de Morrinhos será dia 16/10, às 09 horas no barracão da associação de moradores. As pautas deverão ser enviadas para a ouvidoria do INCRA com antecedência (à pedido).

Reunião finalizada.

I. REGISTRO FOTOGRÁFICO



